

Bloco considera que tratamento privilegiado aos nómadas digitais vai criar desigualdades e injustiça para os residentes

O Bloco de Esquerda considera que a atribuição de apoios públicos pela Região aos nómadas digitais – que têm habitualmente salários elevados – só vai criar mais desigualdades e um sentimento de injustiça nos jovens residentes nos Açores que trabalham nas mesmas áreas profissionais, defendeu a deputada Vera Pires.

“Sabemos que os chamados nómadas digitais são um potencial novo segmento de visitantes temporários nos Açores e nada temos a opor à sua chegada, mas não concordamos com um tratamento privilegiado a quem, já trazendo na bagagem uma confortável capacidade financeira, escolhe viver temporariamente nesta Região, quando a maioria dos trabalhadores residentes tem baixos salários”, explicou a deputada do Bloco de Esquerda, justificando assim o voto contra as iniciativas do PS e do CDS sobre esta matéria.

Além do gasto de recursos públicos com um público-alvo reconhecidamente já detentor de bons rendimentos e elevado poder de compra e da desigualdade e injustiça que estes apoios irão gerar, Vera Pires apontou ainda o aumento dos preços no arrendamento para habitação de longa duração e para estudantes como um problema.

Além disso, a deputada do Bloco lembra que “por se enquadrarem no Estatuto de Residente Não Habitual, os nómadas digitais ver-se-ão ainda favorecidos com benefícios fiscais que os colocarão em clara vantagem face aos residentes permanentes que realizem as mesmas atividades e auferam o mesmo rendimento, criando uma injustiça também ao nível fiscal”, que acaba por ser “uma espécie de versão renovada dos vistos gold”.

O Bloco defende que a Região deve trabalhar no sentido de garantir as melhores infraestruturas que sirvam os residentes e também quem nos visita, nomeadamente a melhoria constante da cobertura e qualidade da rede de telecomunicações e a criação e disponibilização de espaços partilhados de trabalho em todas as ilhas e em todos os concelhos.

“O apoio aos residentes temporários não pode nem deve preceder a criação das condições necessárias à melhoria da qualidade de vida de quem já cá vive. E só desta forma se poderá caminhar sustentavelmente para a fixação da população local, nomeadamente dos jovens, na nossa região”, concluiu a deputada do Bloco.

Horta, 15 de dezembro de 2022